

NÓS MULHERES

nº 4 mar/abr.

cr\$ 5,00



A
Mais Fiel
Corintiana

A Luta
De
Carolina

O Brasileiro,
Um Povo
Doente

8 DE MARÇO DIA DE LUTA

NÓS MULHERES

nº 4 mar/abr. cr\$ 5,00



EXPEDIENTE

Conselho Editorial

Bia Kfouri
Carolina Oliviero Macedo
Cida Aidar
Conceição Cahu
Jany Rasehkovsky
Laura Salgado
Leđa Cristina Orosco Galvão
Liane Ralston
Maria Ines Castilho
Marli C. Gonçalves
Renata Villas Boas
Rita de Luca
Solange Padilha
Susana Camargo Kfouri

Colaboradores

Angeli
Ciça
Chico Caruso
Cristina Mucci
Cynthia Sarti
Dulcília Buitoni
Elizabeth Almeida
Joca Pereira
Marisa
Marta
Sara Goldman
Sandra Abdalla
Vera Lucia Oliveira
SEBES

Jornalista Responsável

Anamarcia Vainsencher

NÓS MULHERES é uma publicação da Associação de Mulheres

Administração e Redação

Rua Fidalga, 548, sala 26
Vila Madalena - S. Paulo (SP)

Composto e impresso pela

Empresa Jornalística AFA
Av. Liberdade, 704 - fone:
278-9010

EDITORIAL

O destino dos homens não depende de suas características físicas. Assim como ninguém é escravo porque nasceu com a pele negra, ninguém deve ser discriminado por pertencer ao sexo feminino. Homens e mulheres nascem iguais, com os mesmos direitos de viver digna e decentemente, de ser livre e de buscar a felicidade.

Se não é essa a nossa realidade, não podemos culpar o clima ou qualquer outra fatalidade e sim a sociedade em que vivemos. A mulher, por séculos, tem sido educada para ser mãe, esposa e dona de casa. O homem, por sua vez, tem a obrigação de sustentar a família, passando o dia fora de casa, sem tempo para dedicar-se aos filhos e à mulher. Os problemas que o homem enfrenta no trabalho são bem diferentes dos que a mulher experimenta no dia-a-dia de dona de casa. O trabalhador enfrenta as filas para o ônibus, as dificuldades do trabalho e o baixo salário mas sabe, no entanto, que sua vida é idêntica a de milhares de outros trabalhadores e que seus interesses e lutas são os mesmos.

A mulher fica isolada em casa, sem saber muito bem o que fazer contra a carestia da vida, a falta de escolas e creches, os buracos na rua, a luz elétrica que não foi colocada, etc. Quando sai para trabalhar, porque o salário do marido não dá para viver, a mulher aceita ganhar menos que os homens pelo mesmo trabalho sem saber que isto prejudica a todos os trabalhadores.

É evidente, entretanto, que homens e mulheres estão unidos por sua origem social, isto é, pertencer às camadas trabalhadoras é bem diferente de ter nascido no meio da riqueza. Se homens e mulheres das camadas trabalhadoras, juntos, lutassem por melhores salários, por creches e escolas para as crianças, por refeições nos locais de estudo e de trabalho, etc. as condições de vida seriam muito melhores, as despesas poderiam ser repartidas, o trabalho doméstico seria realizado mais rapidamente e todos teriam mais tempo para estarem juntos, para brincarem com as crianças, para ler, ver televisão e ir ao cinema, pois o lazer é um direito de quem trabalha.

No dia 8 de março de 1857, na cidade de Nova York, nos Estados Unidos, as operárias das indústrias têxteis e de confecção entraram em greve. Elas exigiam igualdade de salários e redução da jornada de trabalho. A importância desta manifestação - em que as mulheres se uniram para reivindicar seus direitos como trabalhadoras - fez com que uma militante dos direitos sociais, Clara Zetkin, propusesse, em 1910, que o dia 8 de março fosse comemorado no mundo inteiro como o **Dia Internacional da Mulher**.

NÓS MULHERES propõe que não deixemos transformar o 8 de março em apenas uma outra data qualquer. O importante é que esse dia signifique um passo a mais na luta da mulher por sua emancipação. Queremos salários iguais por trabalhos iguais, creches e escolas em número suficiente, refeições nas escolas e locais de trabalho. Para isto, defendemos a mais ampla e democrática participação das mulheres e da população em geral na discussão das questões que afetam diretamente a vida dos trabalhadores bem como dos grandes problemas nacionais.

Nós Mulheres é uma das tribunas abertas a esta discussão. Mais do que isto, aberta à participação, debate e colaboração de todos aqueles, homens e mulheres, que lutam por uma sociedade mais justa onde comer, estudar, trabalhar em condições dignas e participar seja um direito garantido a todos.

CONTRIBUA COM NÓS MULHERES FAÇA SUA ASSINATURA

Para isto, envie cheque nominal de Cr\$ 50,00 para a Associação das Mulheres à Rua Fidalga, 548, sala 26, Vila Madalena - São Paulo - Capital. Essa assinatura dará direito a 6 números do jornal.

NOME
RUA N°
BAIRRO CEP
CIDADE ESTADO
PROFISSÃO

CAMPANHA DE SOLIDARIEDADE FAÇA SUA ASSINATURA

NÓS MULHERES precisa de sua colaboração financeira. Colabore fazendo uma assinatura por Cr\$ 100,00, ou mais. Envie seu cheque nominal para a Associação das Mulheres à rua Fidalga, 548, sala 26. Vila Madalena - São Paulo - Capital. Essa assinatura dará direito a 6 números e um cartaz de Nós Mulheres.

NOME
RUA N°
BAIRRO CEP
CIDADE ESTADO
PROFISSÃO

1857



As mulheres sofriam as mesmas dificuldades. Na Europa, como nos Estados Unidos, trabalhavam principalmente como costureiras, seja nas fábricas ou em suas casa. Seus salários eram ainda mais baixos que o dos homens e em época de crise na França chegaram o valer apenas 2 Kilos de pão. Ainda em 1848 nesse país, a jornada de trabalho de 15 horas não era um fato exepcional.



Essa situação era geral. Contra ela surgiram as primeiras manifestações e, em 8 de março de 1857 as operárias da industria textil e de confecções de Nova York fazem uma greve pela igualdade de salários e pela jornada de trabalho de 10 horas.



Enquanto isso no Brasil predominava a escravidão. E mais que qualquer escravo a mulher negra era humilhada, servindo a cama e a mesa do senhor. Nos fins do século XIX as principais ocupações da mulher eram a tecelagem, a costura, o trabalho doméstico, feitura de doces e a lavoura. As escravas trabalhavam também como vendedoras ambulantes ou cozinheiras, contanto que pagassem às senhoras uma parte de seus ganhos.

A mulher branca livre não tinha, via de regra, nehuma ocupação além da administração da casa e, somente nos meados do século XIX surgiram as primeiras escolas para mulheres. Esta situação perdura até o fim do século XIX e mesmo a Abolição não transforma muito as condições de trabalho da mulher brasileira.

8 de março

O início do século XIX é marcado pelo aparecimento da grande indústria. Nessa época de grandes transformações sociais, a situação dos trabalhadores era muito difícil. Os salários eram baixíssimos e não existiam leis que protegessem os trabalhadores. As crises econômicas aumentavam o desemprego e a miséria ocasionava o alcoolismo, a prostituição e mesmo o infanticídio.

Para sustentar uma família tinham da trabalhar: pai, mãe e filhos. As crianças eram empregadas desde os 6 anos de idade e as mulheres trabalhavam mesmo no período de amamentar. E duro mesmo era ter de agüentar, 14, 15 ou mesmo 18 horas de trabalho seguido, em locais insalubres e em condições desumanas.

As primeiras reações contra o pauperismo foram as revoltas e os operários, culpando as máquinas modernas por suas misérias, tentavam destruí-las. Porém, logo se deram conta de que nada resolveriam com essa atitude. Nasceram as primeiras associações de trabalhadores e através delas eles pediam pela diminuição das horas de trabalho, o aumento dos salários e por condições mínimas de trabalho.



Dos fins do século XIX ao início do século XX, as mulheres já trabalham em grande quantidade na indústria, apesar da maioria ainda ser empregada na agricultura ou como domésticas. Dessa época datam as primeiras organizações feministas, que se alastram pela Europa e Estados Unidos. Os movimentos continuam lutando por melhores condições de trabalho e de salários, mas as mulheres agora exigem também direitos políticos, como o voto, e querem participar em igualdade com o homem na vida social de seus países. A consciência feminista está em formação. A participação das mulheres no trabalho e nas lutas sociais começou a perder seu caráter passivo. E, na Dinamarca em 1910, mulheres de todo o mundo se reúnem para discutir e tomar posição sobre sua situação social. Foi nesse congresso, que uma feminista alemã, Clara Zetkin, propôs que o dia 8 de março fosse transformado no dia internacional da mulher, em homenagem às operárias de 1857 e à combatividade da nova mulher que surgia.



Desde o século XIX, muitas lutas foram encabeçadas por mulheres. Sua participação social cresce dia a dia. Entretanto as discriminações continuam a existir até os ias de hoje.

No Brasil as mulheres são a maioria dos analfabetos, as trabalhadoras continuam a receber os salários mais baixos e a grande maioria trabalha ainda como empregada doméstica ou na lavoura.

Muitos direitos ainda estão por ser conquistados e o dia 8 de março deve ser lembrado como um exemplo de luta por todas nós.

NACIONAL

Uma velha discussão voltou novamente à tona com alguns recentes acontecimentos que movimentaram o cenário da vida política nacional, neste início de ano: existe efetivamente uma prática democrática no país?

Para que haja uma vida democrática, ou seja, para que toda a população participe e intervenha na organização da sociedade em que vive, algumas condições são fundamentais. É necessário garantir-lhe o direito de manifestar seu pensamento, através de uma imprensa livre que informe e possibilite o debate e através de suas atividades artísticas e intelectuais. A população deve, ainda, ter assegurada a sua liberdade de organizar-se em grupos, associações, sindicatos ou partidos para reivindicar seus direitos.

No entanto, contrariamente a esses princípios, continuam a vigorar atos de exceção (Ato Institucional nº 5 - AI-5, Lei de Segurança Nacional - LSN) que impedem a livre manifestação popular.

DOIS JORNAIS FORAM APREENDIDOS

Pela quinta vez, desde dezembro de 1968, quando foi decretado o AI-5, foi apreendido o jornal carioca Tribuna da Imprensa, que ainda se mantém sob censura prévia. Desta vez, a apreensão de 15 mil exemplares funcionou como represália à decisão do proprietário do jornal, Hélio Fernandes, de publicar na íntegra um texto sobre a substituição de Severo Gomes. Dizia o texto que um homem como Angelo Calmon de Sá, que esteve recentemente envolvido num episódio de cheques sem fundo, não tem condições nem de ser presidente do Banco do Brasil, como tinha sido, e muito menos de ser agora promovido à Ministro da Indústria e Comércio, no lugar de Severo Gomes.

Além disso, também sofreu intervenção policial o jornal estudantil Dois Pontos, que foi fechado por ter publicado uma matéria considerada subversiva pela polícia.

DOIS VEREADORES CASSADOS

Os atos punitivos, entretanto, não se restringiram à imprensa, atingindo também o parlamento gaúcho, com a cassação de dois vereadores do MDB. O primeiro deles foi Glênio Peres, líder da bancada emedebista na Câmara de Porto Alegre e o segundo vereador mais votado dessa cidade. A razão alegada foi o discurso pronunciado pelo parlamentar, quando da posse dos novos vereadores, eleitos em 15 de novembro passado, para a Câmara Municipal da capital gaúcha. Nessa ocasião, Glênio Peres salientou a importância da questão dos direitos humanos e afirmou que a Câmara «é uma Casa para falar dos buracos da rua, da falta de luz, mas esta é uma Casa também para falar da ausência de liberdade (...) a Casa é para que eu diga que existem torturadores e torturados» (Folha de S.P., 3/2/77).

Além dessa, parece ter havido outra razão importante que contribuiu para a suspensão dos direitos políticos de líder emedebista. Trata-se do fato de o MDB ter conquistado uma maioria de 2/3 na Câmara de Porto Alegre (ao eleger 14 vereadores, contra apenas 7 da ARENA), o que lhe dava o direito de recusar o veto do prefeito nomeado, que tem o apoio integral da ARENA. A cassação de Glênio Peres eliminou, então, esse poder, uma das grandes conquistas da oposição gaúcha nestas últimas eleições.

Entretanto, as punições não pararam aí. Duas semanas mais tarde, foi cassado outro vereador porto-alegrense, eleito pelo MDB, Marcos Klassmann, que substituiu Glênio Peres na liderança de seu partido. Em seu primeiro pronunciamento, Klassmann praticamente repetiu o que havia dito Glênio Peres no discurso que motivou sua cassação, afirmando que, como dirigente do Comitê Permanente de Defesa dos Direitos Humanos, poderia apresentar «documentos com firma reconhecida que atestam a existência de tortura, neste Estado e neste país» (Jornal do Brasil, 16/2/77). Com mais essa cassação, a bancada do MDB ficou reduzida a 12 vereadores, dos 14 eleitos.



O MINISTRO SEVERO GOMES RENUNCIOU MESMO?

Severo Gomes, empresário e fazendeiro, desde o início de sua gestão como ministro da Indústria e Comércio do governo Geisel, defendeu o fortalecimento da indústria nacional, o que o pôs rapidamente em choque com outros ministros que defendiam um modelo de desenvolvimento onde as empresas estrangeiras que atuam no país são as grandes beneficiárias.

Severo mostrou-se, também, contrário a um capitalismo espoliativo que mantém a maior parte da população em estado miserável e com isso cria problemas que poderão abalar o próprio regime. Nesse sentido, o ex-ministro era a favor de uma abertura política e da redemocratização «para que a sociedade possa ordenadamente exprimir os seus anseios e comandar o seu destino». Em seu ponto de vista, «Foi a democracia ocidental que salvou o capitalismo. Quando se deixa de procurar o consenso nacional através de ampla manifestação de idéias e

OS INTELLECTUAIS CONTRA A CENSURA

Usando do direito de defender seus pontos de vista, alguns setores da população lançaram seu protesto contra a falta de liberdade existente no país.

Através de um manifesto dirigido ao Ministério da Justiça, 1046 intelectuais brasileiros pronunciaram-se contra a censura, pedindo «a imediata revogação de Atos que impedem a circulação de livros, a apresentação de peças e filmes, a difusão de músicas e reprimem a liberdade de pensamento e de criação no país» (Estado de S.P., 26/1/77). O documento dizia que «Os destinos de um País não são apenas determinados pelos seus governantes. É preciso consultar o povo, permitir que, em seu nome, seus artistas possam se expressar».

Diante deste fato importante, que chegou a suscitar a atenção de autoridades estrangeiras (o Secretário de Estado norte-americano, Cyrus Vance, ao encontrar-se com o embaixador brasileiro em Washington, pediu-lhe informações a respeito do manifesto), o ministro da Justiça, Armando Falcão, limitou-se a responder que a censura «é exercida com fundamento na Constituição e nas leis»

(Jornal do Brasil, 2/2/77), negando-se a atender à petição, pois a revogação dos atos que permitem a censura implicaria, segundo ele, em alterar a Constituição, o que está fora de cogitação. Para encerrar essa conversa entre surdos, o Ministro disse que continuaria a exercer suas funções de acordo com as leis vigentes (leia-se leis de exceção), defendendo, ainda, um maior rigor na sua execução.

OS ÔNIBUS NÃO CHEGARAM A PARAR

Mas o protesto não se limitou aos intelectuais e ao problema da censura. Os motoristas e cobradores de ônibus particulares da capital paulista resolveram convocar uma greve de 48 horas, em vista das más condições de trabalho, do excesso de horas de serviço (alguns chegam a trabalhar 14 a 16 horas por dia) e de sua baixa remuneração (um motorista, em São Paulo ganha em média 8 cruzeiros por hora e um cobrador 4 cruzeiros).

Mal foi noticiada a greve, já se iniciaram as pressões e ameaças. O movimento foi considerado ilegal pelo delegado do Trabalho, que ameaçou de punição os que a ele aderissem. O próprio Sindicato dos Condutores de Veículos Rodoviários, que se encontra sob intervenção desde setembro de 1975 (quando este órgão sindical propôs ausência coletiva ao trabalho) condenou o movimento. Sete trabalhadores foram detidos pelo DOPS (Departamento de Ordem Política e Social) paulista e um amplo esquema policial foi montado. Registrou-se a ausência de 10 a 50% dos trabalhadores, o que procurou ser justificado pelos empresários com uma desculpa pouco convincente; a forte chuva que caiu em São Paulo, na ocasião.

PARA OS BISPOS, «DESENVOLVIMENTO SÓ COM LIBERDADE»

«As exigências cristãs de uma ordem política» foi um dos principais temas discutidos na 15ª Assembléia Geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), que se realizou em Itaici, próximo à Campinas, em fevereiro último, contando com a presença de cerca de 240 bispos.

Segundo os bispos, «Um povo se desenvolve quando cresce em liberdade e em participação, quando tem seus direitos respeitados, ou, ao menos, dispõe de recursos primários de defesa expressos no «habeas corpus» (...), quando pode contar com o respeito à representação das comunidades intermediárias e ao direito de auto-organização das instituições sociais, como os sindicatos e as universidades, quando os seus direitos à informação e à circulação das idéias não são limitados por formas arbitrárias de censura, quando pode escolher com liberdade aqueles aos quais delegue o exercício da autoridade. Desenvolver-se é participar com equidade nos resultados da colaboração de todos» (Folha de S.P., 15/2/77).

DIREITOS DA MULHER

FGTS sem Mistérios

Quando a gente fala em Fundo de Garantia, logo pensa no dinheiro que está lá, no banco, para retirar quando sair da firma. Como o próprio nome diz, o fundo representa uma garantia para quem trabalha. Mas será que a gente sabe tudo o que ele representa? Será que ele não é algo mais do que uma espécie de indenização ou um saldo para retirar quando se financia casa, ou por motivo de desemprego, ou casamento, etc?

O Fundo de Garantia por Tempo de Serviço existe, no Brasil, desde 1º de janeiro de 1967. Até essa data, o sistema funcionava na base de indenização. E ainda havia a estabilidade do empregado. Quando alguém era despedido, tinha direito a um salário (que correspondia ao último salário recebido) por ano de serviço. Por exemplo, se o empregado entrou ganhando Cr\$ 100,00 e no fim de três anos, já com um salário de 400,00, era despedido, tinha que receber Cr\$ 1.200,00 (3x 400,00). Isso valia até completar 10 anos de casa: aí ele se tornava estável no emprego; não podia ser despedido, a não ser que recebesse a indenização em dobro. Explicando melhor: uma pessoa com 12 anos de serviço no mesmo emprego deveria receber 24 salários, ao sair. Essa conta sempre era feita sobre o último salário, mais os adicionais habituais - horas extras ou trabalho noturno que fossem prestados habitualmente, isto é, todo mês.

Ora, esse sistema era muito oneroso para as empresas, que necessitavam de grandes somas para despedir um empregado estável. A solução do governo foi instituir o Fundo de Garantia, usando um critério econômico, de formar um crédito: qualquer pessoa pode ser despedida a qualquer momento, pois tem uma conta vinculada e com número, depositada em seu nome no banco. Isso implica em muito menos encargos para a empresa, que deposita 8% sobre o salário de cada empregado (inclusive sobre os adicionais, sejam eles habituais ou não). Então, em vez de ter que dispendir muito de uma só vez, a empresa vai deposi-

tando no Fundo em «suaves» prestações mensais. Esses depósitos tem correção monetária e juros; mas, mesmo assim, o seu total é sempre inferior ao que a pessoa receberia no regime antigo de indenização.

COMO RECEBER O FUNDO

Pouca gente sabe que a Constituição garante a liberdade de optar ou não pelo Fundo. Pela Constituição, você é livre de escolher o Fundo ou a indenização. No entanto, essa liberdade é teórica, na medida em que alguém só consegue ser empregado se for optante pelo Fundo. Nenhuma empresa aceita um funcionário no sistema



de indenização. Praticamente, apenas pessoas que trabalhavam antes de 1967 não são optantes do Fundo. O resto fez acordo, recebeu indenização e foi readmitido no novo esquema, ou começou a trabalhar já debaixo do novo regime.

Então, a esmagadora maioria dos trabalhadores brasileiros está vinculada ao Fundo. (Ou não tem Fundo, como o caso dos não registrados, das empregadas domésticas, dos funcionários públicos). Existem 31 códigos que especificam os motivos de levantamento do Fundo de Garantia pelo empregado ou até pela empresa.

Provavelmente o mais importante, para um empregado, é o código

01, que permite a retirada do Fundo de Garantia no caso de despedida sem motivo. Nesse caso, ele faz juz a todos os créditos, mais 10% depositados pela empresa. O código 03 trata do levantamento quando há rescisão por extinção da empresa. Se a firma fecha, o funcionário que ficou sem emprego tem direito de retirar o dinheiro do Fundo.

O código 04 aparece quando os contratos por prazo determinado chegam ao fim. Quem é contratado por um ano, ao término desse período pode retirar o seu Fundo. O mesmo acontece com o pedido de aposentadoria: ao se aposen-

tar, surge o direito de levantar o depósito.

Por casamento, só a mulher pode retirar (código 22) o fundo e se tiver pedido demissão. Esse é um critério incoerente em relação ao trabalho feminino, na medida em que a mulher precisa deixar o emprego para receber o fundo. Há o reforço da idéia corrente de que a mulher se casando, para de trabalhar. Muito mais justo, seria tanto o homem quanto a mulher, poderem retirar o fundo por motivo de casamento sem precisar largar o emprego. Na situação atual, depois de casar e tendo pedido demissão, a mulher solicita à Delegacia Regional do Trabalho, a liberação do Fundo levando sua

carteira de trabalho e certidão de casamento.

Até a empresa pode levantar o Fundo de Garantia (código 10 a 13) como no caso de ter um empregado não optante que sai do emprego, ou morre, etc. Como a empresa é obrigada a depositar os 8% no Fundo de Garantia por cada um de seus empregados, sejam eles optantes ou não, no caso de desligamento de um não optante, o dinheiro do depósito volta para a empresa.

Se alguém pretende se estabelecer por conta própria (por exemplo, montar uma loja, uma agência, um escritório), também pode retirar seu Fundo de acordo com os códigos 15 e 16.

Quando o empregado pede demissão ou foi despedido por falta grave, não tem direito de levantar os depósitos, a não ser em caso de desemprego. A autorização é dada pela Delegacia Regional do Trabalho. Depois de 30 dias sem trabalhar, o empregado prova: 1) pela carteira de trabalho, que foi despedido; 2) que não conseguiu outro emprego, mas que houve um convite ou coisa semelhante - isto é, que ele seria aproveitado, mas não deu certo - por uma carta da possível empregadora; 3) que existe necessidade pessoal, através de documento do Sindicato da categoria à qual pertencia, quando trabalhava. Depois de provar o «estado» de desemprego, ele pode retirar:

- 60% da última remuneração no primeiro e segundo mês de desemprego;
- 40% da última remuneração no terceiro e quarto mês de desemprego;
- 20% da última remuneração no quinto e sexto mês de desemprego.

Além disso, os optantes do Fundo de Garantia também podem retirá-lo na ocasião do financiamento da casa própria; seja para pagar a poupança, para amortizar ou liquidar a dívida. Como vemos, o Fundo dá mais mobilidade à empresa, permite mais opções de retirada ao empregado, mas o total de seus depósitos é bem menor que uma indenização.

DE QUEM É O SEU DINHEIRO ?

Se você ganha mil cruzeiros por mês, sua empresa remeterá ao governo oitenta cruzeiros por mês para o pagamento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). Durante um ano, ela pagará ao FGTS Cr\$ 960,00 - isto é, a proximadamente o que você recebe mensalmente. Não se deve pensar, no entanto, que é realmente a empresa que paga isso. O FGTS não é retirado dos lucros das empresas. Para elas o seu salário compreende os mil cruzeiros que ela lhe paga mais os oitenta do FGTS, mais INPS, etc. Tanto faz, por exemplo, uma empresa pagar mil cruzeiros de salários e quatrocentos de impostos sobre o salário (FGTS, PIS, INPS etc) ou pagar diretamente mil e quatrocentos

cruzeiros diretamente para você. Isto é, o FGTS sai do seu bolso.

O que faz o governo com o dinheiro arrecadado pelo FGTS, que é dos trabalhadores? Uma parte dos fundos do FGTS é usada com os próprios trabalhadores quando estes perdem o emprego, se casam, etc, e o restante é emprestado ao Banco Nacional de Habitação (BNH). Este, por sua vez, foi criado com a intenção de permitir que os trabalhadores pudessem construir suas casas. Nada mais justo: o BNH emprestaria aos trabalhadores o dinheiro que é dos trabalhadores para construção de casas populares. O problema é que o BNH cobra juros altos e correção monetária, o que faz com

que poucos trabalhadores possam pagar as prestações exigidas. Com isso, o BNH terminou por emprestar dinheiro às pessoas de altas rendas que, justamente, são as que menos necessitam empréstimos para construir casas. Mas já que o BNH não empresta para os trabalhadores que são «mal pagadores», deve-se supor que ao menos o BNH seja bom pagador. Negativo. Os juros e correção monetária do FGTS de 1965 que deveriam ir para todos os trabalhadores em 1976, ficaram retidos pelo BNH. O governo, alegando dificuldades de cálculo, motivadas por mudanças na forma da correção monetária, simplesmente não pagou o que devia aos trabalhadores, os quais perderam com isso apro-

ximadamente Cr\$ 1.500.000,00. E preciso mencionar ainda os inúmeros casos de trabalhadores que vão retirar seu FGTS e verificam que seus juros e correção monetária não foram creditados em suas contas.

Por isso, quando o presidente do BNH, em reunião com líderes sindicais em fevereiro passado disse que o «trabalhador é o proprietário do Fundo de Garantia», Argeu dos Santos (da Federação dos Metalúrgicos) fez, segundo o *Jornal da Tarde* de 11/2/76 um comentário que não foi contestado: «Estranhamente, o Fundo de Garantia possui um proprietário que não participa das decisões para a sua aplicação.»

Você Sabe O Que É Um Povo Doente?

«Ao andarmos na rua, daqui há 50 anos, teremos facilidades para identificar quem é rico e quem é pobre apenas pela aparência física dos indivíduos. Os primeiros serão cada vez mais altos, fortes, corados e nutridos. Os outros continuarão a diminuir de estatura, a emagrecer e definhar dentro de suas condições sócio econômicas.» (Afirmção do professor Eduardo Marcondes da Universidade de São Paulo - Jornal do Brasil - 23/11/76).

Ter condições mínimas de saúde é um direito de toda pessoa humana e, cabe ao Estado, ou aos governos, dar a todos, sem exceção, a possibilidade de exercerem este direito. Porém, existe uma grande diferença entre aquilo que deveria ser e a realidade.

SAÚDE E DESENVOLVIMENTO

O grau de desenvolvimento de um país, de uma região ou de um bairro, tem influência direta na saúde de uma população. Por isso os indicadores de saúde são utilizados para medir o desenvolvimento e permitem comparar lugares com situações diferentes. Para dar uma idéia, nos países adiantados da Europa, de mil crianças nascidas, morrem em média, 15 no primeiro ano de vida, ao passo que em 1974 no Brasil a média era de cento e dezessete. Ainda nesse mesmo ano no Recife, onde o índice de mortalidade infantil é dos mais altos, morriam duzentas e cinquenta e seis crianças em mil.

Mas, se a saúde ou a doença de um povo depende das condições econômicas do lugar onde ele vive, nem sempre o desenvolvimento econômico traz condições sociais mais humanas. Podemos ter uma cidade com muita riqueza, porém se ela for concentrada nas mãos de poucos, não haverá melhoria de vida para a maioria da população. Peguemos como exemplo a cidade de São Paulo.

A VIDA DO PAULISTANO

É do conhecimento de todos que a população paulista tem crescido muito nos últimos tempos. Grande número de pessoas chegam do interior e outros Estados, principalmente do Nordeste, à procura de melhores condições de trabalho. Porém para decepção geral, no «sul maravilha», a maioria delas vai morar na chamada periferia, pois os altos preços dos aluguéis, da água, esgoto, luz e mesmo pavimentação das ruas, no centro, vão além de suas possibilidades financeiras.

A esses baianos, sergipanos e interioranos, se juntam milhões de paulistanos, que também não podendo acompanhar o custo de vida vão se alojar em algum lugar mais acessível, fora do centro da cidade. E é justamente aí, onde mais cresce a população urbana, que a qualidade de vida é pior. Na periferia a realidade é dura e as dificuldades são de todos os tipos: pouco ou quase nenhum saneamento básico - o que é caro no centro, não existe fora dele - a falta de assistência médica, problemas de moradia e de transportes, que fazem com que os trabalhadores cheguem atrasados no trabalho. Tudo isto é agravado pela falta de escolas e creches, que torna mais complicada a vida da mulher trabalhadora. (ver reportagens «Nós Mulheres» nº 1, 2 e 3).

De ponta a ponta da cidade, as diferenças entre os níveis de vida são gritantes. Se pegarmos alguns índices de saneamento básico veremos melhor a situação. Enquanto no centro da cidade apenas 1,3% da população não tem água, em Itaquera este número vai a 89,9%. Se no centro 4,5% não tem

esgotos, em Itaquera este número vai a 96,9%. Se 1,7% das ruas do centro não são pavimentadas, em Itaquera o índice é de 87,5%; e se existe coleta de lixo na grande maioria das ruas da cidade, em Itaquera apenas 28,1% possuem este serviço. A esses problemas urbanos, soma-se a pouca quantidade e a péssima qualidade dos alimentos, a poluição e a inexistência de assistência médica, o que iguala esses bairros da cidade mais rica do Brasil, às suas áreas mais subdesenvolvidas.

COMO JUSTIFICAR ESSA SITUAÇÃO, SE EXISTE CADA VEZ MAIS ACÚMULO DE DINHEIRO NO PAÍS? PORQUE A SITUAÇÃO PIORA AO INVÉS DE MELHORAR?

Na realidade a queda dos salários é a grande responsável pelo estado de miséria dos trabalhadores e suas consequências afetam profundamente a vida da população. Assim, além da desnutrição, as doenças infecciosas e parasitárias são as principais causas da mortalidade infantil (também em São Paulo). Estudos e pesquisas (feitas pela Organização Pan-Americana de Saúde) mostram que os menores de 5 anos morrem sobretudo de sarampo e diarreias infecciosas.

Esta situação alarmante levou o Secretário de Saúde do Estado de São Paulo, Walter Leser, a realizar uma pesquisa cujo resultado prova que a baixa dos salários dos trabalhadores ocasionou o aumento da mortalidade infantil em São Paulo. Segundo este estudo em 1965 de mil crianças nascidas vivas morriam 68, enquanto que em 1974 a mortalidade chegava a 95 crianças. Neste mesmo período o salário dos trabalhadores diminuiu em 25%. É isto justamente no momento em que o desenvolvimento econômico do país foi maior.

Isso vem provar que as condições de trabalho e de saúde são uma determinante básica para a saúde da população e que não há benefícios da riqueza acumulada, sem uma divisão justa. O desenvolvimento só existe na realidade, quando a repartição da renda faz parte do processo de crescimento.

«EM MIL CRIANÇAS NASCIDAS EM SÃO PAULO, MORREM CEM, SEM COMPLETAR UM ANO. O ÍNDICE É ALARMANTE MESMO COMPARADO COM OS OUTROS PAÍSES DO TERCEIRO MUNDO.» (palavras do Sr. W.Leser-Jornal do Brasil-9/6/75).

Esta situação social é acompanhada por um desastroso sistema médico. O INPS, criado em 1966, até hoje não conseguiu suprir as necessidades mínimas da população. A implantação dos postos de saúde continua a obedecer mais aos interesses «políticos», do que às exigências das comunidades. Só assim podemos explicar que alguns bairros e mesmo ruas sejam servidos por um ou mesmo dois centros médicos, enquanto que em outros, eles simplesmente não existem.

Além da insuficiência da rede hospitalar, que deveria praticar uma medicina preventiva, a maioria dos postos e centros são mal instalados, velhos barracos improvisados sem as mínimas condições de higiene.

No Brasil, 43% dos municípios não tem abastecimento de água e 59% não têm rede de esgotos, o que leva a propagação das doenças causadas pelos vírus e bactérias, como a esquistossomose que é transmitida por um caramujo que infecta as águas dos rios, charcos e lagos. A vacinação em massa e o saneamento das zonas atingidas por doenças infecciosas são medidas obrigatórias da saúde pública, mas atualmente elas praticamente não existem. Em 1973, mais de 55% dos municípios brasileiros não tinham hospitais.

Além disso, grande parte do quadro de funcionários ligados à saúde é deficiente e em certos postos um mesmo funcionário pode servir de servente ou vacinador, dependendo da ocasião. Mais grave ainda é o fato de 138 municípios, com população superior a 20 mil habitantes não disporem de um só médico, em 1973.

Para superar as dificuldades do atendimento, o Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) resolveu recorrer aos hospitais particulares para que estes atendessem também aos doentes. Porém esta política de expansão do atendimento médico através de convênios com empresas médicas tem causado uma série de problemas.

O INPS continua sem ampliar seus serviços à altura das necessidades da população, ao mesmo tempo que a medicina privada ligada aos convênios foi incentivada como fonte de lucro. São conhecidos os casos de fraudes e falsos internamentos por parte destes hospitais. No ano passado, o INPS calculou em meio bilhão de cruzeiros os prejuízos causados por mais de meio milhão de falsos e desnecessários internamentos. Se o INPS paga, por que não aproveitar, devem pensar os que praticam a medicina privada, que assim transformam a doença ou a saúde em um negócio lucrativo.

QUAL A SOLUÇÃO?

A sobrevivência dos trabalhadores depende fundamentalmente de sua saúde. Os descontos de 8% sobre seus salários deveriam lhes garantir as mínimas condições de vida, já que são transformados em fundos sociais, destinados à assistência médica da população.

Em um grande número de países a medicina é controlada pelo Estado, única maneira de não transformá-la em uma fonte de lucro para terceiros. Por isso, o Estado deve concentrar seus esforços no sentido de realizar uma política voltada para os interesses da população, aumentando a rede pública de saúde, melhorando e criando infraestrutura para um melhor atendimento nos bairros e locais mais carentes, permitindo a todos dispor de um serviço que eles mesmo pagam.





Dois terços da população de Brasília estão doentes

«A carência de assistência **materno infantil** reflete-se na mortalidade de crianças até 5 anos (grupo etário mais vulnerável às doenças transmissíveis e carências nutricionais). Quase 50% dos óbitos do DF são de crianças com menos de 5 anos. As diarreias infecciosas constituem a principal causa dessa mortalidade infantil» - Estado de São Paulo - 29/8/76.

«CRIANÇA MORRE APÓS ATRAZO NA ASSISTÊNCIA»

«Um dia após o INPS ter divulgado um relatório sobre a morte da segurada Francisca Augusta Feijós, atribuindo a demora de sua remoção para uma clínica cardiológica a um **«deficit quantitativo de leitos no Estado do Rio»**, ocorreu um outro caso de morte provavelmente causado pelo mesmo motivo: Ana Célia Ferreira, após ter sido recusada 3 vezes na maternidade do INPS da Praça XV, acabou perdendo seu filho na Maternidade Clara Basbaum.

De acordo com as declarações dos médicos, a morte da criança deveu-se ao «sofrimento e a demora do parto», o que faz sentido com o fato da maternidade da Praça XV não ter nenhum leito vago na ocasião» - Estado de São Paulo - 13/3/76.

«200 pessoas na fila negam rapidez que INPS anunciou»

«De agora em diante os médicos do INPS vão atender a 5 casos por hora. Valdeice Cândida Sukevicius, acompanhada do irmão e atrás de uma consulta, chegou logo cedo (...) «O que mais me revolta, contou, é essa falta de consideração por todos nós. Já gastei 70 \$ de lanche, os médicos saíram para almoçar as 11 h. e simplesmente só voltarem às 15 h.»

Na mesma luta estava Dona Joseja D. da Silva, amparando sua filha Isilda Conceição da Silva. A menina teve um ataque cerebral e sua mãe corre com ela há uma semana (...)

Como muitos assegurados Ivani Horvath e Raquel Oliveira não foram atendidas. A primeira com fortes dores no estômago; a segunda, com desvio na coluna e inchaço nas pernas, desistiram no fim da tarde e, depois de maldizer os funcionários e médicos, abandonaram o posto. Na entrada principal, o porteiro fazia uma irônica revelação: «O posto não é sempre cheio assim. Ele fica vazio a partir das 11 horas da noite quando fechamos os portões. «Ninguém riu». Reportagem sobre o posto de Saúde de Várzea do Carmo - Fôlha de São Paulo - 12/2/77.

«TUBERCULOSE INFECTA 45 MILHÕES DE BRASILEIROS»

Salvador- «A tuberculose, moléstia típica das áreas subdesenvolvidas, continua a representar ameaça ao Brasil, onde 45 milhões de pessoas são infectadas. Esta foi a principal conclusão da 3ª Jornada Internacional de Pneumonia, que durante uma semana reuniu 1 mil e 500 especialistas brasileiros e 10 cientistas estrangeiros» - Jornal do Brasil- 7/11/76.

«Doença entra em casa pela torneira»

«No bairro da Farrula, em Heliópolis, distrito de Nova Iguaçu, passa um rio onde todo o esgoto da cidade é jogado (...)

A água é encanada, mas os pequenos canos passam dentro das valas do esgoto. Por não ter pressão, a água é contaminada antes mesmo de chegar às casas. Muitos ainda usam água do poço, pois «a da rua vem de vez em quando e tem dia que já aparece podre nas torneiras. Na rua Itabapoan, lote 15, Dona Emília Quaresma mostra umas chagas que começaram a aparecer em seu corpo e informa que a doença já atacou a pele de muita gente...»

Jornal do Brasil - 29/8/76

«INFEÇÃO HOSPITALAR MATA 50 MIL POR ANO»

Estado de São Paulo - 22/2/76

«A privada do posto é repugnante, com todas as instalações quebradas, e funciona dentro da sala de preparo das lâminas com o material para exame. O cheiro é insuportável e sobre as mesas (podres), baldes e objetos estranhos a um laboratório misturam-se a restos de papel sujo.

Olha, moço, as lâminas são lavadas num balde, sem detergente nem nada. Mesmo que o paciente tenha vermes o exame pode dar errado, pois não é possível limpar as lâminas direito (...) Além disso os funcionários não recebem luvas, aventais ou qualquer material que permita protegê-los da contaminação. «Descrição do JORNAL DO BRASIL de 29/8/76 de um posto de saúde da Baixada Fluminense.



MEMÓRIAS

DE CAROLINA DE JESUS

Carolina Maria de Jesus nasceu em Sacramento, Minas Gerais. Lá, fez dois anos do primário, quando aprendeu a ler e a marcar os livros. Mudou-se com a família para a zona rural, onde a mãe e o padrasto eram colonos de uma fazenda. Mais tarde foi para Franca, interior de São Paulo. Aos 16 anos veio para a Capital. Trabalhou durante muito tempo como empregada doméstica, e depois como catadora de papéis no lixo e nas ruas. Morou durante cinco anos - de 1955 a 1960 - na favela do Canindé, onde começou a escrever o diário de sua vida, diário que se transformaria num livro de retumbante sucesso, *Quarto de Despejo*. Chegou a fazer mais sucesso que Jorge Amado, sendo o livro traduzido em 13 línguas e levado a 40 países. Outros livros: *Casa de Alvenaria* (1961) e *Provérbios*, estes sem nenhum sucesso. Morreu a 13 de fevereiro último, aos 64 anos, de bronquite asmática e insuficiência respiratória, a caminho do pronto-socorro da Vila de Cipó.

«Comecei a escrever para esquecer a fome», disse Carolina, em 1960, quando seu diário de favelada se transformou num livro de grande sucesso. Ela conhecia bem as consequências da miséria - a ignorância, as crianças sujas e soltas no mundo, as doenças causadas pela desnutrição, a violência criada pelo desespero. Mas nem sempre foi capaz de entender suas causas. Dividida entre um cotidiano miserável e a vontade de viver decentemente, Carolina muitas vezes afastou-se de seus companheiros de desgraça, os moradores da antiga favela do Canindé: trezentos barracos com telhados de lata, papelão e táboas velhas, sem água ou esgoto, à margem do Tietê. Chamou-os de «vagabundos e ordinários» e «baixos demais», esquecendo-se de que eles, como ela, eram vítimas de profunda injustiça social. Escreveu, num desabafo: «Tenho pavor dessas mulheres da favela. Tudo quer saber. A língua delas é como os pés de galinha. Tudo espalha».

Mas o grande tema da obra de Carolina foram os contrastes entre as classes sociais: o rico e o pobre, o patrão e o operário, os políticos e o povo, o colono e o fazendeiro. Escreveu, em seu livro de *Provérbios*: «Num país onde os predominares deixa os predominados sofrer de fome, o desconforto moral e social é o comprovante de que os predominadores são incientes, verdadeiras toupeiras». E no seu diário: «O povo não sabe revoltar-se. Deviam ir ao Palácio Ibirapuera e na Assembléia, dar uma surra nesses políticos alinhavados que não sabem administrar o país». (p. 125)

«MINHAS MÃOS CALEJADAS. MAS, OS DIAS TRANQUILOS»

Nosso primeiro diálogo com Carolina foi sobre o feijão: «Não sei como pode faltar, plantando o feijão dá em noventa dias. O jalo é o melhor não azeda na marmita do operário». A terra era a paixão de Carolina, juntamente com os livros. Registrou, em seu diário: «Duas coisas que eu venerava: a terra que duplicava e os livros que esclareciam a minha mente e formavam o meu caráter». Em seu pequeno pedaço de terra, em Parelheiros, ela cultivava milho e flores. O passado de catadora de papel e empregada doméstica tinha ficado para trás, graças ao sucesso do primeiro livro. Mas não enriqueceu. Morreu pobre na chácara «Coração de Jesus», não sem fazer denúncias contra algumas pessoas que estariam roubando o dinheiro de seus direitos autorais. «Pensei que eles iam me construir, mas eles me destruíram». Depois de sua morte, disse seu filho mais velho, com quem morava em Parelheiros: «Agora ela não pode mais ser explorada, quem sabe começam a prestar atenção em sua obra...»

Três filhos, um de cada homem: João José, 29 anos; José Carlos, 26; Vera Eunice, 23 (os dois últimos casados). «Prá que esconder?» pergunta Carolina. Ainda na favela, assim falou sobre sua situação de mãe-solteira: «Os meus filhos não são sustentados com pão de igreja. Eu enfrento qualquer espécie de trabalho para mantê-los». Sobre as outras mulheres da favela, escreveu: «À noite, enquanto elas pede socorro, eu tranqüilamente no meu barracão ouço valsas vienenses. Não invejo as mulheres casadas da favela que levam vida de escravas indianas».

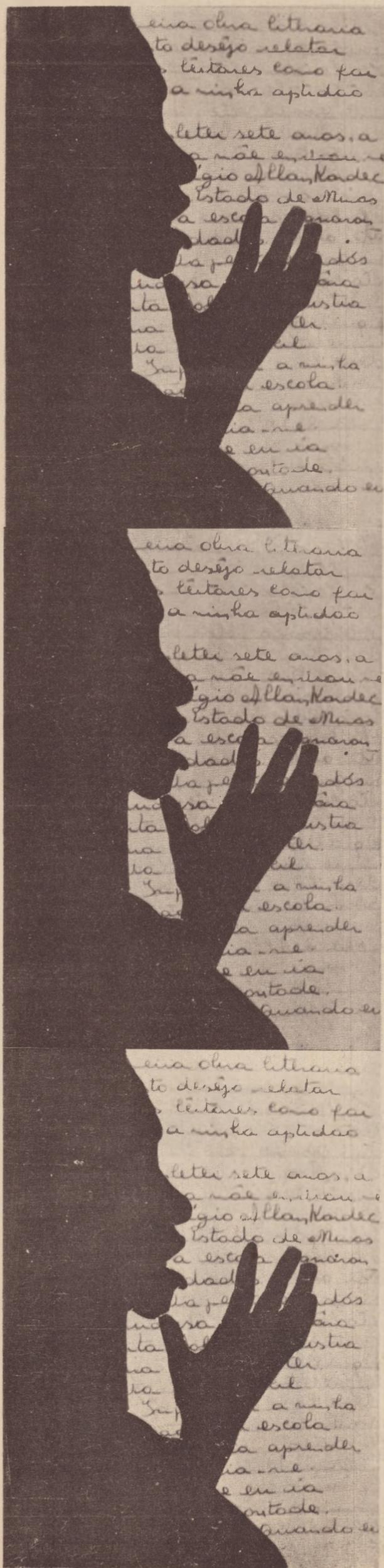
Das experiências de sua vida nasceu este provérbio: «Tem mulher que é de um homem e sofre. Tem mulher que é dos homens e sofre». «O MUNDO NÃO TERMINA SÓ PARA OS QUE MORREM, TERMINA PARA OS QUE VIVEM DESILUDIDOS».

Mas o grande mérito de Carolina foi fazer com que o povo e as autoridades voltassem os olhos para a miséria da vida na favela. Tanto interesse, mais de 90 mil livros lidos reportagens de página inteira em revistas internacionais, um documentário na televisão alemã (que foi proibido de ser exibido aqui no Brasil). Um movimento pelo desfavelamento foi criado na época. Com sua morte, porém, fica uma pergunta: o que se fez para acabar com o sofrimento dos favelados de São Paulo? A resposta está nestes números: dos 7 milhões de habitantes, desta cidade, hoje, 130 mil favelados vivem em barracões de favela; 530 mil, se contarmos a área da Grande São Paulo. Os bairros da periferia, que crescem assustadoramente, são uma versão modernizada das mesmas favelas às margens dos rios. E há ainda os cortiços, onde hoje moram mais de 600 mil pessoas. Fica a voz solitária de Carolina: «Como é que pode o Brasil, com tanta terra, tão desorganizado? Era o caso de organizar o país. O governo devia ter medidas para manter o homem do mato, no mato. Criar fazendas enormes, com trabalho e sustento prá todo mundo». «A ARTE MAIS DIFÍCIL É A ARTE DE VIVER»

Aqui estão algumas poesias de seu manuscrito:

O COLONO E O FAZENDEIRO: Diz o brasileiro/ Que acabou a escravidão/ Mas o colono sua o ano inteiro/ E nunca tem um tostão. Se o colono está doente/ É preciso trabalhar/ Luta o pobre no sol/ E nada tem para guardar. Cinco da madrugada/ Toca o fiscal a corneta/ Despertando o camarada/ Para ir para a colheita. Chega a roça. O sol nascer/ Cada um na sua linha/ Quando é para comer/ Só feijão e farinha. Nunca pode melhorar/ Esta negra situação/ Carne não pode comprar/ Para não dever ao patrão. Fazendeiro ao fim do mes/ Dá um vale de cem mil réis/ Artigo que custa seis/ Vende ao colono por dez. Colono não tem futuro/ E trabalha todo dia/ O pobre não tem seguro/ E nem aposentadoria. Ele perde a mocidade/ A vida inteira no mato/ E não tem sociedade/ Onde está seu sindicato? Ele passa o dia inteiro/ Trabalhando. Que grandeza! / Enriquece o fazendeiro / E termina na pobreza. Se o fazendeiro falar:/ Não fique na minha fazenda/ Colono tem que mudar/ Pois não há quem o defenda. Trabalha o ano inteiro/ E no Natal não tem abono/ Percebi que o fazendeiro / Não dá valor ao colono. O colono quer estudar/ Admira a sapiência do patrão/ Mas é um escravo, tem que estacionar/ Não pode dar margem à vocação.

LAMENTOS: encontrei-me com uma senhora/ de fisionomia abatida/ Perguntei-lhe: porque chora?! Já estou exausta e vencida. Trabalho o ano inteiro/ Nem um dia posso perder / Luto e não tenho dinheiro/ E nem pão para comer. Não dá gosto a gente viver/ Oh existência oprimida/ Não sei como hei de fazer/ Com o alto custo de vida. Não mais posso trabalhar/ Pungente é a minha condição/ E se eu foi mendigar/ Ameaçam-me com prisão



OHUMOR DE NÓS MULHERES

O NOSSO OBJETIVO É CRIAR UMA PÁGINA DE HUMOR DENTRO DO NOSSO JORNAL, CONTÍNUA, E, OBVIAMENTE ALEGRE, EMBORA NEM SEMPRE O HUMOR SEJA ALEGRE. OS CARTUNISTAS BRASILEIROS SÃO EXCELENTE, MAS DEVIDO AO MERCADO ESTREITO E SOLAPADO PELO SIMILAR EXTRANGEIRO, EM CONCORRÊNCIA FRANCAMENTE DESLEAL ("COBRA PREÇO DE BANANA...") NÃO TEM TIDO MUITAS OPORTUNIDADES DE EXPLORAR SEU POTENCIAL, FUNDAMENTAL NA CRIAÇÃO DE UMA CULTURA NUM PAÍS COMO ESTE NOSSO; DAÍ QUE, QUANTO MAIS PÁGINAS, REVISTAS, LIVROS DE HUMOR BRASILEIRO, DO POVO BRASILEIRO, MELHOR. BOM, DENTRE OS CONHECIDOS HUMORISTAS BRASILEIROS, EXISTEM MULHERES CUJO TRABALHO DE ALTO NÍVEL, COLECIONAMOS PARA INICIAR ESTA SÉRIE. COMECAMOS COM WILDE WEBER, QUE NOS CONTARÁ SUA EXPERIÊNCIA, JÁ QUE PIONEIRA...



SANDRA, DO JT

Minha carreira como desenhista de imprensa começou aos 16 anos quando ainda estava cursando a Escola de Artes Gráficas em Hamburgo (Alemanha) Naturalizada brasileira desde 1952, estou no Brasil há 44 anos, trabalhando ininterruptamente como caricaturista e ilustradora para um grande número de jornais e revistas. Inicialmente em São Paulo, depois no Rio de Janeiro e de novo em São Paulo desde 1962. Durante os anos 50 fui "chargista" da Tribuna da Imprensa, no Rio. No Estadão, onde atualmente faço exclusivamente charges para a política nacional, vou fazer 19 anos de casa.

Desde que cheguei ao Brasil, não encontrei dificuldades na minha profissão, existia muito pouca concorrência nos primeiros tempos entre os desenhistas homens. Nas mulheres nem se fala. Especialmente porque no início eu fazia ilustrações para reportagens, flagrantes e caricaturas de gente entrevistada, campo onde me encontrava praticamente sozinha naquela época.



CIÇA, DA FOLHA

MARIZA, DO PASQUIM



MARIZA



CAHU, DE PLACAR



CARTAS

UMA MILITANTE FEMINISTA DE LONGA DATA

«Esta mensagem fraternal de congratamento e congratulação pelo advento de NÓS MULHERES contém meu abraço carinhoso de colega jornalista-escritora advogada (a primeira advogada que subiu à tribuna da Defesa em Minas) e a primeira eleitora mineira. Meus parabéns. Foi oportuno (e era urgente) o aparecimento deste jornal - que é nosso: a nossa voz e a nossa fala para o Brasil - (...) Fui a primeira presidente da «Liga Mineira pelo Progresso Feminino» em Minas e empossada pela saudosa Bertha Lutz. Tenho várias obras publicadas. Pertencço à ABI, Sindicato dos Escritores, etc. Gostaria de colaborar ativamente, enviando notícias do Conselho Interamericano de Mulheres de que faço parte; da Associação Universitária de Mulheres, etc. e também artigos polêmicos e outros esclarecedores; poemas, qualquer matéria... Está é uma mensagem de apóio, aplauso e oferenda».

MIËTTA SANTIAGO - RJ.

São mulheres como você as que abriram o caminho do movimento feminista e que estão na origem de publicações como NOS MULHERES. E somos nós quem pedimos sua colaboração ativa: tanto naquilo que você sugeriu como também para uma tarefa que consideramos de grande importância que é o histórico das lutas pela defesa dos direitos da Mulher em nosso país. Aguardamos, pois, o seu depoimento sobre a Liga Mineira pelo Progresso Feminino e sobre a sua experiência de feminista.

QUAL É O PÚBLICO DE NÓS MULHERES ?

«Li seu jornal e fiquei ansiosa por ajudar e participar. Principalmente depois de lida sua entrevista ao Pasquim, onde vocês contam da sabotagem, crocodilagem e desmandos das gráficas e distribuidoras. É difícil a luta contra leis tácitas de comportamento, contra a inércia e contra a opressão dogmática. É preciso engrossar fileiras. E ter a estratégia da ponderação. Inicialmente pensei em mandar um cheque para vocês. Aperfeiçoei a idéia: mando um

cheque relativo a dez assinaturas - a minha e a de mais nove conhecidas (...) Agora algumas sugestões: 1- o jornal poderia ter uma seção de book-review onde se apresentaria de forma clara, exuta, o sucinta o resumo de livros como «A Dialética do Sexo» (...) etc. 2- o jornal deve se dirigir, indiscriminadamente, a todos. Dirigir-se apenas à mulher que trabalha e à mulher dos estratos mais baixos é uma ingenuidade. Explico: a mulher que trabalha não é, necessariamente, independente e realizada; em verdade, em sua maioria, as mulheres ocupam postos de trabalho de encarceramento limitado e indetificável tal trabalho de limitadas perspectivas com liberdade e como sinônimo de atuação social é ingenuidade. Não há diferença entre a bancária, a secretária, a empregada despedida ao se casar e a mulher dita do lar em termos de atuação social e compreensão do mundo. O sistema abrange a todas. Oprime a todas. Seu jornal, para permanecer e se estabelecer definitivamente, precisa do apoio da mulher de classe média».

SELENE HERCULANDO DOS SANTOS - RJ.

As outras sugestões enviadas, tais como sugestões para editoriais, coluna de direitos trabalhistas e estudos de casos administrativos das profissões bloqueadas para a mulher, são de enorme interesse e já se concretizaram neste número. Agradecemos a valiosa idéia de nos apoiar também através de assinaturas para conhecidas. Este é um excelente método de divulgação do jornal e de apoio financeiro. Quanto à seção de livros, propomos que você - entre outras colaborações que esperamos para o futuro - envie logo material escrito.

As considerações que você faz sobre o público ao qual se dirige o NÓS MULHERES merecem alguns esclarecimentos. Somos as primeiras a afirmar que todas as mulheres, indiscriminadamente, sofrem uma opressão específica. Só que o lugar da mulher na sociedade não é determinado nem unicamente nem principalmente pelo seu sexo: pertencer a classe trabalhadora ou à classe proprietária significa uma diferença essencial. Mas é claro que o

fato de ser mulher trabalhadora ou dos estratos mais baixos não é, por si só, garantia de maior consciência. Mulheres da classe média, por poderem frequentar universidades e outros círculos onde as idéias são mais livremente discutidas, são muitas vezes mais críticas e mais combativas na defesa de seus direitos. Da mesma maneira, o desempenho de trabalhos monótonos e fatigantes não garantem que a trabalhadora tenha uma atuação social mais ativa. No entanto, o trabalho é o meio de garantia da sobrevivência e da independência econômica além de possibilitar a experiência de viver coletivamente, com os demais trabalhadores, os problemas do ganhar o pão de cada dia. Presa nas quatro paredes de sua casa, a mulher tende a se isolar dos verdadeiros problemas da sociedade em que vive e do sexo a que pertence.

A discussão está recém-iniciada. Esperamos sua resposta e uma colaboração permanente.

O DEPOIMENTO DE UM LEITOR

«Foi por acaso que descobri seu jornal. Ao passar por uma banca de jornaleiro, descobri o jornal e suas manchetes me despertaram o interesse. (...) É um jornal útil, inteligente e realista. Seus artigos me impressionaram muito pela decisão, coragem e realidade. Tudo que está escrito é a pura realidade, senti e compreendi profundamente o jornal e seus artigos. Todos os assuntos publicados são muito importantes e realistas e eu os conheço profundamente, principalmente custo de vida e transportes, não sei qual dos dois é o mais difícil de enfrentar, já que ambos são diários e permanentes».

«O problema do menor abandonado é muito sério e preocupa a todos. Quem abandona o menor abandonado? Todos abandonam. Ele já nasce abandonado. Muitos países se preocupam demais com o problema e empregam grandes esforços no sentido de resolvê-lo, ou em parte melhorar a situação do menor abandonado. (...) No Brasil o problema é sério, pois falta uma infraestrutura e uma organização específica para lidar com o menor abandonado. A FUNABEM faz o que pode mais faltam

recursos e pessoal especializado. (...) O problema é complexo e de difícil solução. O menor abandonado precisa ser tratado por pessoas especializadas como professores, psicólogos, médicos, assistentes sociais, etc., enfim, uma equipe especializada em cada setor diferente (...) É preciso fazer alguma coisa de útil e importante, todos poderiam ajudar na missão **Ajuda ao Menor Abandonado**». ROBERTO JANNUZZI VIEIRA - Niterói.

A importância da questão nos levou a fazer uma primeira reportagem no nosso nº 2. Como você deve lembrar, terminávamos nos perguntando pela origem do problema do menor abandonado e afirmando que: «Uma coisa é tentar mudar o menor marginalizado. A outra é perceber até que ponto isso é possível, sem tentar modificar o meio em que ele vive».

O CENTRO DA MULHER BRASILEIRA, DO RIO DE JANEIRO, CONVOCA PARA A COMEMORAÇÃO DO DIA INTERNACIONAL DA MULHER.

No Rio de Janeiro a comemoração do dia internacional da mulher foi antecipada para os dias 5 e 6 de março. Nestas datas, as mulheres são chamadas a participar de discussões no Sindicato dos Aeroviários (av. Presidente Wilson, 210, 5º andar) a partir das 16 horas. O objetivo é discutir em pequenos grupos os problemas da mulher trabalhadora, a fim de se chegar à elaboração de um documento comum.

AVISOS

Pedimos à leitora Marta Helena que escreva novamente nos enviando seu endereço.

AGRADECIMENTOS A NOSSOS LEITORES E COLABORADORES:

MARIA GERALDA DE PAIVA, ZENAIDE APARECIDA DE OLIVEIRA (SP), JOSÉ AMAZONAS VIEIRA (DF), LUIZ NORMANDO A. DE OLIVEIRA (PE), THEOPHILO MAGALHÃES (SP), LUIZ CARLOS DE PAIVA (RJ), THAIS BORGES CESAR (RJ), MARIZA SILVEIRA DE AMORIM (RJ).

MUDAMOS DE ENDEREÇO

NÓS MULHERES MUDOU-SE PARA A RUA FIDALGA, Nº 548, SALA 26, VILA MADALENA, SÃO PAULO (SP). E PARA ESTE ENDEREÇO QUE DEVEM SER ENVIADAS AS CARTAS E OS PEDIDOS DE ASSINATURA.

8 DE MARÇO EM SÃO PAULO

SERÁ REALIZADO NA PENHA, ÀS 14 HORAS, RUA SANTO AFONSO, NO SALÃO DO SANTUÁRIO DA PENHA, UM ECONTRO ORGANIZADO PELA COORDENAÇÃO DA PROMOÇÃO HUMANA DA REGIÃO LESTE 2.

SERÃO FEITOS DEPOIMENTOS DE MULHERES DE DIFERENTES PROFISSÕES, ALÉM DA APRESENTAÇÃO DOS GRUPOS FEMININOS DE SÃO PAULO.

HAVERÁ UMA REUNIÃO ORGANIZADA PELOS SEGUINTE GRUPOS: JORNAL BRASIL MULHER, CENTRO DE DESENVOLVIMENTO DA MULHER (SÃO PAULO), CLUBES DE MÃES DA ZONA SUL E LESTE, MOVIMENTO FEMININO PELA ANISTIA E JORNAL NÓS MULHERES.

SERÃO TAMBÉM APRESENTADOS DEPOIMENTOS DE MULHERES TRABALHADORAS, DOS GRUPOS FEMININOS, HAVENDO, APÓS ABERTURA PARA DEBATES COM A PLATÉIA:

O LOCAL E HORA SERÃO DIVULGADOS ATRAVÉS DA IMPRENSA, RÁDIO E CARTAZES PELA CIDADE.

custo de vida às nossas custas

Em todo o ano passado, o custo de vida dos trabalhadores que ganhavam até três salários-mínimos subiu 45,2% na cidade de São Paulo, de acordo com as pesquisas feitas pelo Dieese - Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos. Esta alta do índice de custo de vida significa que uma série de produtos e bens - alimentos, roupas, utensílios domésticos, transporte, eletricidade, saúde - juntos, subiram aproximadamente nestas proporções mas é evidente que alguns itens tiveram um aumento um pouco superior (como é o caso dos equipamentos domésticos que ficaram 65,1% mais caros) e outros um pouco inferior (a educação, por exemplo, ficou 35,1% mais cara).

Na vida cotidiana do assalariado, a elevação do custo de vida significa que o dinheiro que ganha pode comprar cada vez menos bens e serviços. Isto acontece porque enquanto os preços dos produtos (alimentos, roupas, sapatos) aumentam várias vezes por ano, seu salário só é reajustado uma única vez a cada ano e quase sempre sobe menos que os preços

DINHEIRO CURTO

Mesmo que não saiba a porcentagem relativa ao aumento dos preços dos produtos que precisa comprar para sobreviver, o trabalhador sabe que para comprar uma quantidade mínima de alguns bens - como alimentos - a cada ano que passa tem que dar mais horas de serviço. Em 30 de abril de 1938, o governo baixou o Decreto nº 339. «Produtos e Quantidades - Ração Tipo», que estabelece as quantidades mínimas necessárias de alimentos que uma pessoa precisa comer por mês para conseguir sobreviver. Tomando esse grupo de produtos, o Dieese calcula mensalmente o número de horas que precisam ser trabalhadas para que uma pessoa que ganha salário-mínimo possa adquirir aqueles alimentos.

Na medida em que aumenta o número de horas já se sabe que o preço da ração tipo também aumentou. Eis o que aconteceu com alguns deles: em dezembro de 1975, o trabalhador de salário-mínimo (Cr\$ 768 por mês) precisava

dispender 11 h 27 min para comprar 4,5 quilos de feijão que naquela época custava Cr\$ 5,65 em média; um ano depois, em dezembro de 1976, como o quilo pulou para Cr\$ 14,70, o número de horas passou para 20 h e 40 min. No caso da batata, como o preço subiu de Cr\$ 2,46 para Cr\$ 4,84 o quilo, em média, o assalariado trabalhou 9 h 05 min em dezembro do ano passado, ao invés de 6 h 39 min em dezembro de 1975 para conseguir comprar os mesmos 6 quilos de batata por mês.

Em 1976, a variação dos preços dos bens e serviços consumidos pela população paulistana teve dois momentos diferentes. No começo do ano, o custo de vida disparou até abril, puxado pela violenta elevação dos preços dos alimentos. Batata, feijão, cebola, foram considerados os «culpados» pela corrida dos preços. Em abril, maio e junho os preços de alguns produtos subiram menos ou caíram. Em julho, voltaram a aumentar. A partir daí, segundo indica a pesquisa do Dieese, as altas foram menores, sendo que em dezembro voltaram a ter elevação maior.

Em relação a 1975, no ano passado foi mais ou menos o seguinte que aconteceu com os preços de alguns bens e serviços, cujos aumentos afetaram os trabalhadores que ganhavam de um a três salários mínimos: (em porcentagem)

Variações entre 31/12/76 e 1º/01/75

Alimentação	45,4
Aluguel	39,7
Vestuário	55,7
Transporte	48,9
Saúde	52,0

A consequência prática de todos aqueles aumentos, ou do aumento contínuo do custo de vida, é que por mais que o trabalhador e toda sua família se esforcem para ganhar pelo menos o mínimo necessário para o sustento da casa, a educação dos filhos, a alimentação e a saúde, o dinheiro do fim do mês fica cada vez mais curto. Em 1975 e 1976, os aumentos salariais procuraram compensar a perda de poder aquisitivo dos salários, mas como essa perda vem ocorrendo há muito tempo, os aumentos de



um ou dois anos não chegam a cobrir toda a perda do poder aquisitivo dos salários ao longo dos anos.

Por exemplo, em dezembro de 1970 o salário mínimo nominal (aquele que o trabalhador recebe do empregador) era de Cr\$ 187,20. Seis anos depois, isto é, em dezembro do ano passado, o salário mínimo nominal já era de Cr\$ 768,00. Houve, portanto, um aumento de mais de 300 por cento. Mas o salário mínimo real (o valor de fato do salário, ou seja, quanto ele pode comprar em bens e serviço e que varia segundo a variação do custo de vida) tinha diminuído cerca de 18 por cento.

Os aumentos do custo de vida não são um privilégio do brasileiro, acontecem em todos os países capitalistas, sejam mais ou menos desenvolvidos. E os trabalhadores, organizados em seus sindicatos ou outros órgãos de classe, lutam constantemente para que seus salários não fiquem abaixo das altas de preços, não sofram um processo constante de deterioração de seu poder aquisitivo. Ou, no caso das donas-de-casas, reúnem-se em seus clubes e associações para protestar contra a alta do custo de vida e até, como nos Estados Unidos, partir para o boicote de um ou outro produto cujos preços elas considerem exagerados, ou seja, deixam, coletivamente, de comprá-los por algum tempo.

No Brasil, existem alguns fatores que enfraquecem muito os sindicatos, que perderam muito de seu poder de barganha para defender os salários. Entre esses fatores estão, além da própria inter-

venção em muitos órgãos de classe, a criação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e a Lei de Greve, por exemplo. Com o FGTS, o trabalhador perdeu sua estabilidade e por motivos simples as empresas podem demiti-lo sem precisar gastar tanto dinheiro como gastavam antes do Fundo. Com a Lei de Greve, os movimentos grevistas se tornaram praticamente proibidos e quem infringe a lei é dispensado por justa causa, ou seja, sem receber sequer o FGTS a que tem direito.

Some-se a isso o fato de que, ano a ano, existem mais pessoas que procuram emprego do que vagas de trabalho para todas elas. Isso significa que as empresas podem (como fazem) freqüentemente despedir empregados e contratar outros por salários mais baixos, coisa mais comum quando se aproximam os dissídios salariais ou mesmo durante todo o ano quando o empregado completa determinado tempo de trabalho.

Esses fatores são alguns que contribuem decisivamente para pressionar os salários para baixo e dificultar que os trabalhadores lutem para evitar a perda de seu poder aquisitivo. Entretanto, a única maneira de conseguir preservar os salários e defendê-lo coletivamente, seja através de sindicatos, organizações de bairro ou qualquer outro tipo de associação que reúna as pessoas em torno de seus próprios interesses. Porque foi assim que uma vez - a primeira - ainda no século passado, os trabalhadores conseguiram reduzir sua jornada de trabalho para oito horas e é assim que têm, progressivamente, conquistado melhores condições de trabalho e de vida.

**DIVULGUE
e DISCUTA**

**BRASIL
MULHER**

PELA IMPRENSA INDEPENDENTE

opinião

**VELHA
NEGRA**

POEIRA

MOVIMENTO

**PASQUIM
DE FATO**

COBRA DE VIDRO

LEIA e ASSINE

VERSUS



O homem vai aos estádios. A mulher faz sua marmita.

O homem torce por seus ídolos. A mulher costura a bandeira. Até quando?

mulher na boca do gol

Uma mulher. Negra como o calção do maior amor de sua vida, o Corinthians. Chama-se Elisa, tem 69, 70, ou 75 anos. Uma mulher.

Como tantas outras, gosta de futebol. Como poucas, vai onde seu time for e por isso acabou transformando-se num dos grandes símbolos do esporte mais popular do Brasil. É a primeira dama da maior torcida do mundo.

Pobre, mora num bairro da periferia e há trinta anos trabalha como empregada doméstica na casa de um torcedor do São Paulo. Seu patrão, generoso como não costumam ser os patrões, permite que ela vá a todos os jogos e não se importa com as inúmeras viagens que sempre faz.

Sua casa, num verdadeiro buraco em Vila Medeiros, sem luz e sem água encanada, - como todo o bairro - abriga sua filha, seu genro, dois netos e uma bisneta. A casa em que trabalha e no centro da cidade e ela toma duas conduções para ir, outras duas para voltar. O dinheiro é curto, a paixão enorme, e ela mesmo é quem conta:

Ninguém me ajuda. Nada, nada... eu vou lá e ainda pago minhas despesas. O Corinthians não dá um tostão. Também se dessem para mim teriam que dar para os outros todos que fazem o mesmo sacrifício, que fazem igualzinho.

Os outros são, geralmente, homens. Afinal, dizem, futebol é coisa para homem. Será mesmo? Ou será que o esporte mais popular do país, uma das únicas oportunidades de lazer que o povo tem, é muito caro para que marido e mulher possam ir juntos? Ou será porque alguém tem que ficar em casa cuidando das crianças? Na verdade, o «esporte dos homens» depende tanto da mulher quanto da marmita que ela prepara para que ele possa ir ao campo e não tenha que pagar nada além das conduções e do ingresso. Elisa é testemunha disso:

É, todo mundo aproveita, mas vocês sabem, o Corinthians é o time da multidão, é o time dos pobres, dos marmiteiros, daqueles que ganham

hoje pra comer amanhã. Mas eles preferem largar a comida de lado e pagar o ingresso para assistir ao jogo.

Elisa não nega que metade de seu salário é gasto com o futebol. Ela, porém, viúva e com os filhos criados, pode se dar a esse luxo. Outros não podem e acabam por causar verdadeiros transtornos familiares por sua alucinação de torcedor. É um tal de deixar mulher e filhos sem comida para ir ver o time no Rio em Porto Alegre, ou onde quer que seja, que não têm nem tamanho. Irresponsáveis, dirão alguns. Estão fugindo dos problemas, dirão outros. Um pouco de irresponsabilidade talvez, mais um pouco de fuga também, mas não só. Há mais:

- Sabe, moça, o coração nosso é corinthiano. É o coração de quem ama o Corinthians porque também não tem muito mais o que amar.

É os apaixonados, os fanáticos, seguem seu caminho. Sentindo-se como verdadeiros participantes de uma grande aventura, da única grande aventura que lhes permitem viver. E brigam, e choram, e são presos:

- Uma vez, em Piracicaba, eu briguei por causa de uma bandeira. Foi um tal de quebrar bandeira na cabeça de um e outro. Já começou quando cheguei e um homem me chamou de nega feiticeira. Eu quebrei o pau da bandeira nele e depois foi a maior brigalhada. Outra vez tava uma porção de homem, tudo louco pra brigar, cada homem, aí eu disse: - aqui homem não vai brigar, só quem vai brigar é mulher, eu, Marina, Amélia. A polícia prendeu. Olha, o escândalo foi tão feio, tão feio, foi uma das coisas mais emocionantes da minha vida. Sabe que a torcida do Corinthians partiu pra cima da polícia pra me tirar?

A torcida, organizada, não respeita mesmo nem a polícia. Sabe que é mais forte e defende sua companheira. E faz qualquer loucura.

- Sabe, moça, eu fui para Recife, Porto Alegre e Rio ver o Timão. Gastei muito mais do que podia. Tenho mulher e dois filhos. Sabe o que a

gente faz agora para completar o orçamento de casa? A gente rouba, dizia um bancário que havia gasto mil cruzeiros a mais que seu salário acompanhando o Corinthians.

Sua mulher, é claro, não acha graça nenhuma nisso. Ela nunca foi a um campo de futebol e nem sabe que até a década de 40 não havia nenhum estádio no Brasil inteiro que tivesse banheiro feminino. Ela pensa que o marido não a leva por causa dos palavrões e percebe que isso é muito estranho porque ele mesmo está sempre xingando tudo. Elisa também não era de ir ao campo. Só começou quando o marido morreu, em 1945:

- Não ia porque ele não gostava que eu fosse. Ele era pedreiro, sabe. Quando faleceu, eu dediquei esportivamente minha vida ao Corinthians. Eu me casei com o Corinthians e continuo sempre fiel.

Elisa, semi-alfabetizada, é apenas a exceção que confirma a regra. É a mulher que virou símbolo no esporte dos homens. É mais uma mulher que veio do interior para a grande capital para tomar conta de crianças:

- Eu tinha 12 anos e vim para cá com a família de um Juiz de Direito para brincar com o filho que tinham. Mas, sabe como é, eu além de tomar conta da criança, tinha que cozinhar, lavar. Você sabe, a gente vem pequena do interior, aproveitam até... A gente pensa que vai ganhar regalia, vem conversa, a gente leva é beliscão.

Ela é, no fundo, talvez sem saber, como aquele torcedor que outro dia dizia para um repórter da TV Cultura que perguntou se ele era brasileiro ou corinthiano:

Olha, brasileiro, é claro, todos nós somos. Mas no Corinthians, não sei. A gente sente que participa mais, que derruba técnico, derruba até presidente. A gente sente, e isso é importante, que interfere.

Elisa está aí. Existem outras. Não é hora da torcida feminina se organizar?